

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.203 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2000

CPI INVESTIGA CONEXÕES DO ROUBO DE CARGAS NO NORTE E NORDESTE

PÁGINA 7



O senador Romeu Tuma preside a comissão mista que investiga o roubo de cargas em todo o país



Agenda da Semana



Sérgio Machado propõe o financiamento público de campanhas eleitorais



Bornhausen quer ampliar prazo de filiação para reduzir trocas de partidos



Valadares pretende impedir publicação de pesquisas oito dias antes das eleições

CONGRESSO

Órgão de controle externo fiscalizará atuação da Agência de Inteligência

PÁGINA 7

CCJ deve votar a reforma política

Projetos de fidelidade partidária, financiamento de campanhas e limites à divulgação de pesquisas serão analisados quarta-feira

Comissão sabatina primeira mulher indicada para o STF

PÁGINA 8

A reforma política será o principal tema da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na quarta-feira. Estarão na pauta projetos que tratam da fidelidade partidária, financiamento público de campanhas e restrições à divulgação de pesquisas.

PÁGINA 8

PLENÁRIO

Arruda espera aprovação de restrições a anúncio de cigarro

PÁGINA 3



Arruda: expectativa de aprovação unânime do projeto

CE

Senadores examinam proposta de criação da TV comunitária

PÁGINA 8

CAE

Mudança na Lei de Informática será apreciada amanhã

PÁGINA 4



Depoimento de jornalista terá parte secreta

PÁGINA 3



CARTAS

Nesta seção,
o *Jornal do Senado*
publica cartas, faxes e e-
mails enviados pelos
leitores.

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 - Voz do Cidadão

Jornal permite acompanhar matérias em estudo e votação

Na condição de assinante do *Jornal do Senado*, só tenho tido prazer com o recebimento deste meio de comunicação direta, que me é proporcionado pelo Senado Federal.

Através do *Jornal do Senado* tenho tido oportunidade de ter conhecimento das matérias em estudo para votações, das próprias votações, bem como dos pronunciamentos dos senhores senadores, o que me tem dado oportunidade de dirigir-me diretamente aos mesmos, para concordar, discordar e, algumas vezes, informar e até sugerir. *Rodovaldo Coutinho, Maricá (RJ)*

Conhecimento do papel dos parlamentares

A política como deve ser: aberta ao povo. Estou satisfeito com esse meio de informação, o *Jornal do Senado*, que vem contribuindo grandemente no meu enriquecimento de consciência e conhecimento a respeito do papel parlamentar. O Senado está de parabéns! Bom seria a transparência também em outros poderes.

Cosme Silva Nascimento, Itajuípe (BA)

Elogio para o desempenho de senadoras do PT

Como assinante do *Jornal do Senado* e espectador da TV Senado, tenho acompanhado o desempenho das senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Marina Silva (PT-AC). Tinha muita aversão ao PT, mas agora comecei a admirar o trabalho dessas duas brasileiras que não têm medo da verdade, da justiça e da honestidade. Parabéns! *Waldir Gomes Correa, Uberlândia (MG)*

Publicação mostra esforço dos legisladores contra os males do país

Após receber regular e diariamente o *Jornal do Senado*, prescindi da assinatura de outros periódicos.

Estes primam por alardear a violência, catástrofes e dramas do cotidiano. Aquele enfoca o esforço dos legisladores em encontrar o remédio constitucional para tais males. *Adolpho de Miranda Silva, Brasília (DF)*

Trabalho em favor do norte de Minas Gerais

Sou filho do Vale do Jequitinhonha, uma região pobre, carente, sofrida e esquecida por alguns políticos que não olham a verdadeira realidade desse povo tão humilde, que não tem vez nem voz.

Dirijo-me com todo respeito ao *Jornal do Senado* para parabenizar os senadores Antonio Carlos Magalhães, Francelino Pereira, Arlindo Porto, José Alencar, Maguito Vilela e Sebastião Rocha, pelos esforços na tentativa de incluir o norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha no programa IDH-14 do governo federal. *Antonio Carlos Moreira da Silva, Joaima (MG)*



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

Brasil 500



PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 47/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.294/96, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos; PLC nº 54/2000, acrescenta inciso ao parágrafo 5º do art. 178 da Lei nº 3.071/16 - Código Civil, e parágrafo único do art. 208 da Lei nº 5.869/73 - Código de Processo Civil (ação da seguradora para reaver o valor da indenização); PLC nº 56/2000, cria cargos na carreira de policial federal; PLC nº 58/2000, altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 9.034/95, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas; votação secreta das mensagens nºs 205/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, 230/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Oto Agripino Maia para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Vaticano, Parecer nº 1.065/2000, sobre a Mensagem nº 212/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a proposta de recondução do nome de José Mário Miranda Abdo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e PDL nº 24/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Araucária (PR).

Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a escritora Rachel de Queiroz pelo transcurso de seu nonagésimo aniversário de nascimento. Pauta: PLC nº 57/2000, que dispõe sobre a identificação criminal; PLC nº 39/2000, regulamenta, para a Previdência Social, o disposto no parágrafo 3º do art. 100 da Constituição federal; PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e PDL nº 253/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade de Mogi-Guaçu para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi-Guaçu (SP).

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a memória do ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União, Guido Fernando Mondim. Pauta: PDLs nºs 265/99, aprova o ato que renova a concessão do Sistema Jornal de Rádio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Piracicaba (SP), nº 72/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura Venda Nova FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Ibatuba (ES), nº 107/2000, aprova o ato que outorga permissão à Brasil Amazônia Comunicação Empreendimentos para explorar serviço de radiodifusão sonora em Redenção (PA) e nº 19/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós; e Requerimentos nºs 434/2000, do senador Roberto Requião, solicitando o reexame, pela CCI, do PLS nº 194/99 e nº 505/2000, do senador Eduardo Suplicy, solicitando a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário, esclarecimentos sobre as razões que levaram o governo brasileiro a articular a operação de asilo político no Panamá para Vladimir Montesinos, assessor do presidente do Peru, Alberto Fujimori.

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública acerca da política de preços para a indústria do gás natural, com a presença do governador do estado do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira; dos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, José Mário Miranda Abdo; de Gás e Energia da Petrosbras, Delcídio do Amaral Gomez; da Agência Nacional do Petróleo, Júlio Colombi Neto; do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia, Boris Garbati Gorenstini; membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Sérgio Weigert Ennes; e Eliezer Baptista da Silva. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 231/2000, que submete à deliberação do Senado o nome de Ellen Gracie Northfleet para exercer o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 575/99, altera a Lei nº 9.612/98, que institui o serviço de radiodifusão comunitária para instituir o serviço de televisão comunitária; PLC nº 52/99, que institui

normas gerais relativas à atividade de peão-de-rodeio, equiparando-o a atleta profissional; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 79/2000, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal, municípios e suas respectivas autarquias e fundações; Mensagem nº 215/2000, que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional; Ofício "S" nº 50/2000, que encaminha ao Senado relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, concluída em 26 de julho de 2000, e resultou na emissão, pelo governo brasileiro, num total de US\$ 1 bilhão no mercado internacional; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility; e PLC nº 49/99, altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91, e o Decreto-Lei nº 288/67, dispoendo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: instalação do órgão de controle externo da Abin. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

Após Ordem do Dia - CPI do Futebol

Pauta: depoimento do jornalista esportivo Juca Kfour. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

18h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: votação de créditos adicionais. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães na Câmara dos Deputados*

Quarta-feira

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLSs nºs 5 e 68, de 2000 (tramitação conjunta), acrescentam dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade; PLC nº 27/2000, institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, que dispõe sobre a ampliação dos benefícios de merenda escolar; PLS nº 12/2000, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário; emendas apresentadas no turno suplementar ao substitutivo ao PLS nº 530/99 (votação nominal), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 600/99, acrescenta parágrafo único ao art. 393 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto; PLS nº 655/99, acrescenta o art. 456-A à CLT, para dispor sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos; PLC nº 39/2000, regulamenta, para a Previdência Social, o disposto no parágrafo 3º do art. 100 da Constituição federal (altera a Lei nº 8.213/91), para definir as obrigações de pequeno valor para fins de pagamento pela Previdência Social, sem expedição de precatórios. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública acerca da dívida ativa, com a presença dos presidentes do Tribunal Regional Federal (TRF), Fernando da Costa Tourinho (1ª Região); Alberto Nogueira (2ª Região); José Kallás (3ª Região); Fábio Bittencourt da Rosa (4ª Região); e José Maria Lucena (5ª Região). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Requerimento nº 552/2000, do senador Pedro Simon, requerendo um voto de louvor pela indicação da primeira mulher para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal; PLS nº 187/99, modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; e PLS nº 130/99, que proíbe divulgação de pesquisas eleitorais no período que determina, mediante o acréscimo de parágrafo ao art. 33 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

Quinta-feira

9h - CPI do Futebol

Pauta: depoimento da presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne Giannetti Nelson de Senna. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Quinta-feira

9h - CPI do Futebol

Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h - Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Mar em Fúria*, de Wolfgang Petersen. *Auditório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota esta semana convocação de Lampreia

Eduardo Suplicy quer ouvir ministro das Relações Exteriores sobre a posição do governo brasileiro em relação à crise política no Peru. Outro destaque da pauta é o projeto que restringe a publicidade de cigarros

O Senado decide na próxima quinta-feira se convoca o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar esclarecimentos sobre as razões que levaram o governo brasileiro a articular o asilo político, no Panamá, de Vladimiro Montesinos, principal assessor do presidente do Peru, Alberto Fujimori. O asilo não chegou a se consumir.

A convocação de Lampreia é objeto de requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele deseja que o chanceler explique a posição do Brasil em relação aos recentes acontecimentos políticos no Peru, que levaram Alberto Fujimori a anunciar a antecipação das eleições e Vladimiro Montesinos a solicitar asilo no Panamá.

Amanhã, o Senado delibera sobre o projeto que restringe a publicidade de cigarros e de outros derivados do tabaco. Será votado parecer do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), estabelecendo que a

publicidade desses produtos ficará proibida em revistas, jornais, televisão, rádio e outdoors (veja matéria abaixo). No mesmo dia, será votado projeto que permite o pagamento em 60 dias de dívidas da Previdência até o limite de R\$ 5.180,25.

Outro projeto da pauta de amanhã é o que fixa em seis meses o prazo de prescrição da ação impenetrada pelas companhias seguradoras para reaver o valor que tenham pago aos segurados por dano provocado por terceiros. O prazo atual é de cinco anos, o que acaba prejudicando o segurado, que dispõe de um ano para reclamar das companhias a indenização devida.

No mesmo dia, será votado projeto criando dois mil novos cargos na Polícia Federal, sendo 160 na área de perícia criminal, 400 para delegado, 600 para escrivão e 840 para agentes, todos sujeitos a concurso público. Igualmente em favor da Polícia Federal, será votado projeto que permite a instalação de apare-

lho de escuta e dá aos policiais condições legais para se infiltrar em organizações criminosas.

Na quarta-feira, o Senado vota projeto estabelecendo que será identificado criminalmente o indiciado ou acusado que estiver envolvido na prática de homicídio doloso, crime contra o patrimônio, receptação qualificada ou falsificação de documento público. A idéia é imprimir maior segurança na identificação de suspeitos de ilícitos penais graves, assegurando eficácia na investigação policial.

Também quarta-feira, o Plenário delibera sobre projeto que cria o Sistema Central de Risco de Crédito do Banco Central. Pela proposta, elaborada pela CPI do Sistema Finan-



Plenário deve votar amanhã projeto que permite o pagamento rápido de dívidas da Previdência

ceiro, a Central de Risco tem por objetivo modernizar o sistema financeiro e evitar os riscos resultantes de empréstimos a clientes sem capacidade de pagamento. Caberá à Secretaria da Receita Federal e às instituições do sistema financeiro fornecer à Central de Risco todas as informações sobre pessoas físicas e jurídicas que peçam empréstimos.

Duas personalidades serão ho-

menageadas pelo Senado nesta semana. Quarta-feira, o Plenário dedicará a Hora do Expediente a homenagear a escritora Rachel de Queiroz pelo transcurso do seu nonagésimo aniversário. Quinta-feira, o mesmo horário será destinado a homenagear a memória do ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União Guido Fernando Mondin.

Arruda: Plenário aprovará restrição a anúncio de cigarro

O projeto da Câmara que limita a propaganda de cigarros e demais produtos derivados do tabaco deve ser votado e aprovado amanhã no Plenário do Senado com a mesma unanimidade com que passou pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais



José Roberto Arruda espera que a lei possa ser sancionada ainda este ano

(CAS). A previsão é do líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), autor do parecer aprovado nas comissões e responsável pela análise de 23 emendas apresentadas durante a tramitação da matéria na Casa.

Arruda manteve as principais restrições à propaganda dos produtos do tabaco, como a veiculação em jornais, revistas e emissoras de rádio e TV, e incluiu outras sete. Entre estas está a proibição de publicidade via Internet ou por meio de *merchandising*. Ficou liberada a propaganda via correios (mala direta).

O relator disse estar satisfeito com a anuência dos senadores ao seu relatório, o que atribui ao convencimento sobre os malefícios do fumo e à percepção da necessidade de o Legislativo agir para inibir o

crescimento do consumo do produto.

A previsão de Arruda é a mesma manifestada pelo presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), que informou que o seu partido votará favoravelmente ao parecer do relator. Também o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) disse que,

apesar de seu partido não haver ainda discutido a questão, pessoalmente vai apoiar o projeto.

A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), informou que os senadores do PT, PDT, PPS, PSB e PV deverão votar favoravelmente ao parecer de Arruda, mas protestou pelo fato de o governo não haver cumprido o que foi acordado. "Pediram que não modificássemos o projeto para que não houvesse retorno à Câmara e depois eles mesmos fizeram isso", afirmou, acrescentando que o Bloco não está satisfeito pelo fato de as restrições à propaganda das bebidas alcoólicas não terem sido incluídas.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO), autor de emendas ao projeto, disse que não concorda com a solução apontada por Arruda, mas anun-

ciou que pretende apenas discursar no sentido de convencer o Plenário sobre sua posição. Ele considera o projeto inconstitucional.

TRAMITAÇÃO

A elaboração do projeto que limita a propaganda do cigarro foi iniciativa do ministro da Saúde, José Serra, que encaminhou a matéria ao Congresso em maio. A proposta, que altera legislação de 1996, foi aprovada pela Câmara em agosto e enviada ao Senado em regime de urgência constitucional — devendo ser apreciada em 45 dias. O prazo se encerrou em 30 de setembro.

Acolhida pelas duas comissões (CCJ e CAS), a matéria será agora examinada pelo Plenário, sendo considerada aprovada se conseguir maioria simples — metade mais um dos votos dos presentes à sessão, com presença de no mínimo 41 senadores. A proposta não poderá mais ser emendada, a não ser por recurso dos autores das emendas rejeitadas nas comissões, para que sejam apreciadas isoladamente. Tal recurso requer a assinatura de um décimo dos senadores.

Na Câmara, para onde retornará por haver sido modificado, o projeto terá nova votação. Se aprovado, poderá ser sancionado pelo presidente da República, segundo previsões de Arruda, ainda este ano.

Juca Kfourri depõe sobre irregularidades no futebol



O jornalista Juca Kfourri vai depor amanhã, após a Ordem do Dia, na comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro. A convocação do jornalista esportivo se baseou no depoimento prestado por ele na Câmara dos Deputados. A sessão da CPI do Futebol terá uma parte pública e outra secreta.

Entre outros assuntos, Kfourri falará sobre suposta evasão de divisas nos negócios envolvendo a compra e venda de jogadores. Na CPI da CBF/Nike, da Câmara, o jornalista afirmou que teria muitos esclarecimentos a fazer caso pudesse depor secretamente. O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), antecipou que Juca Kfourri deverá apresentar alguns documentos apontando indícios de irregularidades envolvendo entidades ou pessoas ligadas ao futebol brasileiro.

A CPI do Futebol, que tem como relator o senador Geraldo Althoff

(PFL-SC), já liberou a agenda dos próximos depoimentos. Na quinta-feira, a presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne de Senna, falará sobre irregularidades nas operações de bingos. O Coaf denunciou ao Ministério Público 5.208 operações suspeitas de movimentarem irregularmente R\$ 5 bilhões entre agosto de 1999 e outubro deste ano. No dia 28, haverá uma reunião administrativa da CPI.



Althoff é o relator da CPI, que já liberou a agenda dos próximos depoimentos

O depoimento do ex-técnico da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo foi marcado para o dia 30. As informações referentes às quebras dos sigilos bancário e fiscal do treinador já estão à disposição dos integrantes da comissão. Luxemburgo deverá falar sobre denúncia feita

pela estudante de Direito Renata Alves, de que ele teria montado e operado uma rede de negócios envolvendo o recebimento de comissão pela escalação de jogadores, uso de imagem, compra e venda de veículos e transferência irregular de dólares ao exterior.

CAS analisa benefício para gestante demitida

O projeto, previsto para ser votado quarta-feira, prevê o pagamento de até cinco meses de salários e demais vantagens. A Comissão de Assuntos Sociais pode também apreciar proposta referente à captação de recursos por hospitais universitários

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar na quarta-feira, em caráter terminativo, projeto que assegura à empregada gestante demitida sem justa causa o pagamento de até cinco meses de salários e demais vantagens. De acordo com o senador Luiz Pontes (PSDB-CE), autor da proposta, a legislação atual não se adequou às novas disposições da licença-maternidade impostas pela Constituição de 1988. A intenção do projeto, relatado favoravelmente pela senadora licenciada Marina Silva (PT-

AC), é reparar a omissão da lei em relação ao assunto.

– Estaríamos sendo ingênuos se acreditarmos que a reintegração ao emprego é a melhor solução. Ela normalmente desagrada ao empregador e à empregada. Sendo assim, nada melhor do que definirmos logo o pagamento dos salários como a solução mais apropriada – argumenta Luiz Pontes.

A CAS pode também votar outro projeto do senador cearense que altera igualmente a Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT). A proposta limita a concessão de incentivos fiscais, financeiros ou sociais às empresas que ampliem a contratação de mão-de-obra. O relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), ofereceu emenda para restringir sua aplicação àquelas com mais de 30 empregados. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) também sugeriu alterações no texto para destinar os benefícios apenas às empresas que implantarem programa de participação dos trabalhadores nos lucros.

Constam ainda da pauta da reu-

nião da CAS, prevista para as 9h, proposições relacionadas às áreas de educação e saúde, como a ampliação dos benefícios da merenda escolar e a captação de recursos oriundos de internações pelos hospitais universitários.

Além disso, a CAS pode analisar projeto do senador Tião Viana (PT-AC) relativo à assistência pré-natal às gestantes. Outro projeto pautado, do Executivo, estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade dos portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida.



Luiz Pontes: proposta atualiza a legislação trabalhista, como quer a Constituição

CAE

Comissão examina substitutivo sobre incentivos para setor de informática

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota amanhã substitutivo ao projeto de lei, já aprovado na Câmara, propondo mudanças na política de informática para o país. De autoria do presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o texto define os incentivos a serem concedidos a empresas do



A Comissão de Assuntos Econômicos vai apreciar o substitutivo do senador Ney Suassuna em reunião marcada para amanhã

setor nos próximos nove anos e inclui entre os produtos beneficiados pela futura lei os aparelhos de telefone celular e os tubos digitais de TV, excluídos no parecer aprovado pela Comissão de Educação do Senado.

Segundo Suassuna, que assumiu a relatoria dado o caráter polêmico da matéria, foram mantidos os benefícios à Zona Franca de Manaus. Ao mesmo tempo, disse, buscou-se atender ao restante da região Norte e às regiões Nordeste e Centro-Oeste, sem inviabilizar a capacidade produtiva instalada no Sul e Sudeste. Os senadores da bancada do Amazonas contestam esse

ponto de vista. Segundo Bernardo Cabral (PFL), Gilberto Mestrinho (PMDB) e Jefferson Péres (PDT), as regras propostas por Suassuna prejudicam a Zona Franca, já que monitores de vídeo e telefones celulares poderão ser fabricados em todo o país com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os parlamentares prevêem que a Zona Franca ficará relegada à produção de outros equipamentos de vídeo e áudio.

Caso o substitutivo seja aprovado, as empresas de informática localizadas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão isenção de IPI até 31 de dezembro de 2001. Entre 2002 e 2009, a isen-

ção cairá gradualmente de 95% para 77%, mantendo-se nesse patamar. Para as empresas instaladas no Sul e Sudeste, a isenção será de 95% em 2001, caindo gradualmente, até atingir 70% em 2009.

Também está na pauta da CAE projeto de resolução de autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) propondo que os recursos provenientes de antecipação de royalties possam ser usados pelos estados e municípios para amortização de dívidas com a União. A Resolução nº 78 do Senado prevê que esse tipo de antecipação pode ser usado somente para a capitalização de fundos de previdência.

Presidentes dos TRFs discutem a dívida ativa da União

A dívida ativa de contribuintes junto ao fisco será debatida em audiência pública a ser realizada quarta-feira, às 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião extraordinária. Foram convidados para participar da discussão os presidentes da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª regiões do Tribunal Regional Federal, Fernando da Costa Tourinho, Alberto Nogueira, José Kallás, Fábio Bittencourt da Rosa e José Maria Lucena, respectivamente.

De acordo com a assessoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE, estima-se que cerca de R\$ 310 bilhões compõem a dívida ativa de contribuintes (pessoas físicas e jurídicas) com a União. O senador destaca que, com tal montante, o país poderia elevar o salário mínimo sem necessidade de aumento de impostos.

Conforme Ney Suassuna, questões judiciais envolvendo o pagamento de impostos, tramitando nas varas federais do país, che-

gam a perder o prazo legal de julgamento porque os tribunais não possuem estrutura suficiente para analisar todos os casos dentro do tempo hábil. Na reunião da CAE, os juízes federais convidados poderão apresentar um quadro da situação.

Nessa primeira audiência, os parlamentares tentarão esclarecer quantos processos existem, qual o real valor das ações e se há possibilidade de acordo para o recebimento de, pelo menos, parte da dívida, entre outras questões. Depois desse debate, a comissão deve receber os ministros do Planejamento, Martus Tavares, e da Fazenda, Pedro Malan, para dar continuidade à discussão do tema.



Ney Suassuna: dívida é estimada em R\$ 310 bilhões

Política de preços para o gás natural é tema de audiência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza amanhã audiência pública para discutir a política de preços para a indústria do gás natural. A intenção do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), autor do requerimento de convocação da reunião, é viabilizar uma política de preços para o setor e o Programa Prioritário de Termelétricas. O senador defende a urgência da implementação dessas medidas como forma de combater a atual crise de abastecimento de energia elétrica no país.

Deverão comparecer à audiência o governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, e o diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Júlio Colombi Neto.

Ademir defende expropriação de terra onde há trabalho escravo

Preocupado com a persistência desse crime no país, e sobretudo no Pará, ele pede pressa na aprovação da proposta que trata do assunto

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu rapidez na aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC), de sua autoria, que determina a expropriação de terras onde haja trabalho escravo. O senador informou que o Seminário Internacional sobre Trabalho Escravo, ocorrido recentemente em Belém, constatou a continuidade do trabalho escravo no país – o Pará é o estado com o maior número de autuações deste tipo de crime.

O atual texto constitucional prevê o confisco apenas para glebas que cultivam plantas psicotrópicas. No caso da existência de trabalho escravo, a lei determina a desapropriação das terras, o que, na avaliação do senador, pode se transformar em “um prêmio ao transgressor, principalmente se ocorre superfaturamento na avaliação da terra”. O parlamentar lembrou que o direito de propriedade é assegurado, desde que ela atenda a sua função soci-



Para Ademir, a mera desapropriação das terras, como prevê a lei atual, pode ser “um prêmio ao transgressor”

al. Portanto, a sua proposta não fere a Constituição.

Ademir também propôs alterações na proposta encaminhada pelo Executivo atribuindo competência à Justiça Federal para julgar crimes de violação de direitos humanos, incluindo o de exploração do trabalho escravo. Ele diz que a proposta não define quais os delitos que consistiriam em violação dos direitos humanos.

A intenção do senador é que se atribua ao Poder Judiciário Fed-

eral o processo e julgamento de crimes já definidos em tratados internacionais firmados pelo país. O parlamentar disse que também devem ser considerados casos em que se constate a violação massiva ou reiterada de direitos humanos praticada por agentes públicos ou com sua convivência. Ademir vai encaminhar suas propostas ao ministro da Justiça, José Gregori, e ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da matéria de reforma do Judiciário.

Projeto de Dutra prevê quarentena para ex-ocupantes de cargos públicos

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que prevê um período de quarentena de um ano para ocupantes de cargo ou emprego da administração direta e indireta, com o objetivo de impedir que estes, ao deixarem as funções no governo, prestem informações privilegiadas ao setor privado.

O texto inclui presidentes, diretores e cargos equivalentes do Banco Central, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria da Receita Federal, Departamento de Aviação Civil (DAC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e todas as agências reguladoras federais. A proposta pretende regulamentar o artigo 37 da Constituição federal.

Conforme o projeto, todos os ocupantes desses cargos devem seguir regime de dedicação exclu-



José Eduardo Dutra propõe que os ex-funcionários sejam proibidos durante um ano de trabalhar na iniciativa privada

siva, não lhes sendo permitido ter ações, cotas, debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro título representativo de capital ou interesse em empresa privada que opere na área de atuação da instituição em que trabalha.

No período de quarentena, o ex-titular do cargo será proibido de exercer qualquer atividade

profissional, com ou sem vínculo empregatício, para empresa privada, nacional ou estrangeira, que opere na área de atuação da entidade que integrava. Também fica vedada a posse de qualquer título representativo de capital ou interesse nas empresas mencionadas.

A lei proposta por Dutra prevê que o dirigente continue, durante o período de quarentena, vinculado ao órgão em que trabalhava, recebendo remuneração equivalente ao cargo de direção que exerceu. Se este cargo foi exercido por um período inferior a dois anos, a remuneração será proporcional ao tempo trabalhado. A quarentena se aplica também ao dirigente exonerado a pedido, desde que tenha ocupado o cargo por, no mínimo, seis meses. Quem violar a quarentena será responsabilizado por crime de advocacia administrativa.

Nabor Júnior homenageia educador que dirigiu Colégio Acreano durante 32 anos

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) homenageou sexta-feira, em discurso no Plenário, o professor e educador Raimundo Gomes de Oliveira, que, após 32 anos na direção do Colégio Acreano, foi recentemente afastado de suas funções. O senador afirmou que Raimundo Gomes, depois de dedicar mais de 50 anos ao sistema educacional do estado, merece o título de “Educador Acreano do Século”.

O parlamentar pelo Acre lembrou que, quando foi governador do estado, de 1983 a 1986, sofreu pressões políticas para afastar Raimundo Gomes da direção do Colégio Acreano, pelo fato de o professor pertencer a outra corrente partidária. Nabor salientou, contudo, que manteve o professor no cargo, “porque ele era um homem inteiramente dedicado às causas da educação”.

Nabor solicitou a transcrição nos Anais do Senado de artigo intitulado “Raimundo Gomes: exemplo de tra-



Segundo Nabor Júnior, o professor Raimundo Gomes merece o título de “Educador Acreano do Século”

balho” publicado pelo jornal *Gazeta do Acre*. A matéria traça a trajetória pedagógica do professor, iniciada na década de 40 em Rio Branco.

— Por essa e outras razões, acho da maior relevância prestar essa homenagem a um dos mais valiosos professores do meu estado — concluiu Nabor Júnior.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), que presidia a sessão, associou-se às homenagens prestadas ao professor Raimundo Gomes.

Francelino lamenta morte do jornalista mineiro Wilson Frade

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou em discurso no Plenário a morte do jornalista mineiro Wilson Frade, falecido aos 80 anos, na última quinta-feira, em Belo Horizonte. Ele apresentou requerimento à Mesa solicitando a apresentação de um voto de condolências do Senado à família do jornalista, aos mineiros e aos Diários Associados, onde Frade trabalhava.

Francelino disse que Wilson Frade contava com grande prestígio entre políticos, autoridades, artistas e toda a sociedade de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro pela competência e dedicação com que exerceu o jornalismo durante 51 anos. Nesse período, o jornalista atuou nos jornais *Diário da Tarde* e *Estado de Minas*, como colunista social e político.

— Frade, de quem eu era amigo pessoal, era admirado e respeitado por todos por sua cordialidade e senso profissional — afirmou Francelino.

O jornalista, destacou, era tam-



Francelino Pereira apresentou requerimento de voto de condolências pela morte de Frade

bém pintor, poeta, instrumentista e compositor, tendo chegado a participar de programas de auditório na época áurea do rádio. Frade, lembrou o senador, estudou um pouco de Direito, mas foi no jornalismo que conseguiu se destacar. Foi também grande colecionador de obras de arte de pintores e escultores brasileiros e autor do livro *Poema de um livro só*. E promoveu três exposições de pinturas de sua autoria.

Segundo lembrou o senador, Frade era pai de Ana Paola, mulher do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga.

Professores da UnB analisam a ascensão do PT

Ronaldo Conde Aguiar e Vamireh Chacon, da UnB, dizem à TV Senado que a eventual perseguição ao partido, por parte dos segmentos mais conservadores, só contribuiria para aumentar a desconfiança da população em relação à política

O desempenho dos prefeitos eleitos pelo PT afetará o próprio destino da democracia representativa no Brasil, pois seu eventual fracasso levaria à “mexicanização” política, ou seja, à concentração do poder num bloco conservador. A preocupação foi expressa pelos professores da Universidade de Brasília Ronaldo Conde Aguiar e Vamireh Chacon, que discutiram, em programa apresentado no último final de semana pela TV Senado, a crise do

pensamento social brasileiro.

Entrevistados pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, os professores advertiram que uma política de perseguição aos municípios governados pelo PT, por parte do poder central ou estimulada pelos segmentos mais conservadores, seria nociva às instituições democráticas e aumentaria a desconfiança da população em relação à política; portanto, a questão merece ser seriamente considerada pelas elites do país.

O eleitorado brasileiro é basicamente conservador, e por isso o PT jamais passará da barreira dos 30% de votos para ganhar uma eleição presidencial, a não ser que realize uma aliança de espectro amplo, acredita Conde, para quem um presidente da República petista seria uma saudável exceção, “um representante da senzala chegando ao poder sempre ocupado pela casa-grande”.

Autor da *Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro*, publicada por Frank Soudant, da Editora Paralelo 15, que

também participou do programa, Conde concorda com Chacon na avaliação de que há uma crise de criatividade intelectual no Brasil. “A juventude passa por graves problemas de falta de perspectivas, de trabalho e de idéias. O jovem universitário tem nojo da política, e isso não é bom para o país”, constata Conde. “Passamos por uma entressafra cultural, e somente quando a poeira das transformações baixar surgirá uma nova síntese do pensamento social”, prevê Chacon.

Conde nega que Fernando Hen-

rique Cardoso, como presidente da República, tenha traído suas posições como sociólogo, e sustenta que existe perfeita coerência entre os dois momentos.

— A política de Fernando Henrique é exatamente a que está no livro dele: a obra fazia uma descrição do quadro de dependência, sem mostrar saída, como fazia a esquerda, que propunha a revolução. Como presidente, ele tem feito concessões para tentar obter vantagens, também sem pretensão de sair do quadro de dependência — afirma Conde.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Hernani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, falam sobre o fato e o processo republicano
7h30 — *Entrevista* — Sen. Carlos Bezerra fala sobre a reforma agrária e a agricultura familiar
8h — *Especial* — TCU
8h30 — *TV Escola* — Educação Ambiental — Explosão demográfica
9h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
9h30 — *Agenda Econômica* — Raul Veloso, economista, fala sobre as contas públicas
10h30 — *Especial* — TCU
11h — *Entrevista* — Roberto Cardoso de Oliveira, antropólogo, Vamireh Chacon, cientista político, e Ronaldo Conde Aguiar, sociólogo, falam sobre o pensamento social brasileiro
12h — *Entrevista* — Sen. Carlos Bezerra fala sobre a reforma agrária e a agricultura familiar
12h30 — *Revista Brasília*
13h30 — *Debate* — Hernani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, falam sobre o fato e o processo republicano
14h30 — *Sessão Plenária* (vivo)
18h30 — Sen. Jefferson Péres fala sobre a nova Lei de Informática

19h — *Cores do Brasil* — Maranhão
19h30 — *Debate* — Hernani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, falam sobre o fato e o processo republicano
20h30 — *Entrevista* — Sen. Carlos Bezerra fala sobre a reforma agrária e a agricultura familiar
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)
Logo após — *Revista Brasília*

RÁDIO SENADO

HOJE

14h30 — *Sessão Plenária do Senado* (vivo)
Em seguida — *Música e informação*
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — *Música e informação*
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — *Música e informação*
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — *Música e informação*
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — *Música e informação*
0h — *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
Em seguida — *Música e informação*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Soudant, Chacon, o jornalista Fernando Cesar Mesquita e Conde Aguiar, durante a gravação do programa

Lauro Campos propõe reajuste de 100% para o salário mínimo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examinará em uma de suas próximas reuniões projeto do senador Lauro Campos (PT-DF) que reajusta o atual salário mínimo de R\$ 151 em 100% a partir de 1º de maio de 2001. De acordo com a proposta, de 1º de maio de 2002 até 2007, o mínimo passará a ter reajustes de 20,8132% ao ano, acrescido da variação do Índice de Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (ICV-Dieese).

Segundo informou o senador, pelos cálculos do Dieese, o valor do chamado salário mínimo constitucional, que atende às necessidades básicas dos trabalhadores



O objetivo do senador Lauro Campos é fazer o mínimo chegar em 2007 ao valor de R\$ 939,06

e de suas famílias, deveria ser de R\$ 939,06. Ele disse que o reajuste de 100%, com as devidas correções em termos reais, em sete

anos, fará com que o mínimo chegue em 2007 a esse valor.

Para Lauro Campos, a correção progressiva do valor do salário mínimo é perfeitamente viável e poderá ser assimilada pela economia brasileira ao longo dos sete anos, já que o governo estima que o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá na próxima década 5% ao ano.

Lauro Campos acrescentou, ainda, que o reajuste de 100% proposto para 1º de maio do ano que vem tem respaldo garantido com a utilização do superávit primário, que, segundo informou, já acumula R\$ 28,2 bilhões, e cuja previsão para 2001 é de 2,5% do PIB, cerca de R\$ 30 bilhões.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite: B1
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência: 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

CPI ouve em João Pessoa novos depoimentos sobre roubos de cargas

A comissão mista parlamentar de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país realizou na sexta-feira audiência pública na cidade de João Pessoa (PB). Foram ouvidos os depoimentos dos secretários de Segurança da Paraíba, Glauberto Bezerra, e do Piauí, Carlos Lobo. Também foram ouvidos delegados do Ceará e de Pernambuco e o deputado estadual Pedro Eurico, que preside uma CPI sobre o mesmo tema na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Além deles, ainda prestaram depoimento os presidentes dos sindicatos de transportes de cargas na Paraíba e Pernambuco.

A visita da CPI do Roubo de Cargas à Paraíba é decorrente de informações passadas pelo presidiário Sálvio Barbosa Vilar, 44 anos, que trabalhou como informante da polícia paulista. Segundo ele, uma grande porcentagem dos caminhões roubados em São Paulo segue para algumas capitais do Nordeste e daí para Belém (PA) e Porto Velho (RO). Lá os



caminhões seriam trocados por madeira.

Além do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que preside a CPI, viajaram para a Paraíba, para participar da audiência pública, os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Moreira Mendes (PFL-RO).



Romeu Tuma foi à Paraíba acompanhado de Geraldo Cândido e Moreira Mendes

Alcântara destaca exigência de resultados na gestão da assistência social

A exigência de obtenção de resultados é o aspecto mais inovador da gestão da assistência social no Brasil, avaliou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que registrou a divulgação do relatório do setor.

— É a idéia de que aos gestores de dinheiro público deve ser cobrada a produção de resultados. Parece coisa banal, e efetivamente o é; mas, em nosso país, isso é uma revolução — afirmou, lembrando que a assistência social compõe com a saúde e a previdência os três eixos da Seguridade Social, tal como definido pela Constituição de 1988.

O relatório, continuou Alcântara, aponta avanços também no que diz respeito à descentralização da assistência — reservando ao governo federal apenas a coordenação geral do sistema; aos estados, a coordenação estadual, e aos municípios a execução dos programas de assistência social. Outro item do relatório — a participação — depende, segundo o se-



Lúcio Alcântara: cobrar resultados, no Brasil, é uma revolução

nador, do engajamento dos estados, municípios e da sociedade.

Lúcio Alcântara destacou que o aumento de recursos destinados ao setor já surtiu efeito com a implantação de vários programas sociais. Entre eles, citou o Benefício de Prestação Continuada, que favoreceu no ano passado mais de 1 milhão de brasileiros com o pagamento de um salário mínimo mensal a idosos e deficientes; os programas de manutenção de creches e de erradicação do trabalho infantil.

Congresso instala órgão de controle externo da Abin

Três senadores e três deputados serão incumbidos de fiscalizar a execução dos atos decorrentes da Política Nacional de Inteligência

O Congresso Nacional instala o órgão de controle externo da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em sessão a ser realizada amanhã, a partir das 17h30, na sala da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado. Na ocasião, também será eleito o presidente do órgão e designado um relator, que terá 20 dias para apresentar parecer sobre a mensagem presidencial que apresenta a proposta da política nacional de inteligência.

A atribuição do órgão de controle será a de fiscalizar a execução dos atos decorrentes da Política Nacional de Inteligência. De acordo com a mensagem presidencial que define essa política, a Abin coordenará o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e irá desempenhar atividades com o objetivo de



José Sarney, presidente da CRE, integrará o órgão de controle externo da Agência de Inteligência

produzir conhecimentos para assessorar o chefe de Estado e garantir a proteção de conhecimentos relacionados à segurança do Estado e da sociedade.

Além disso, a mensagem estabelece que “a atividade de inteligência será utilizada como instrumento do Estado, com observância da legislação do país, dos direitos e das garantias individuais, da fidelidade às instituições democráticas e da conduta de seus servidores”.

O controle externo da Abin está previsto na lei que a criou. O órgão será composto por três deputados e três senadores — os líderes da maioria e da minoria nas duas Casas do Congresso e os presidentes das respectivas comissões de Relações Exteriores. Os integrantes serão os senadores José Sarney (PMDB-AP), Jader Barbalho (PMDB-PA) e He-loísa Helena (PT-AL) e os deputados Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Aécio Neves (PSDB-MG) e Aloísio Mercadante (PT-SP).

Roberto Freire pede suspensão de verbas para obras de tribunais

O senador Roberto Freire (PE), presidente nacional do PPS, anunciou na sexta-feira o envio de carta ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), pedindo a suspensão de todas as verbas destinadas a obras de tribunais superiores, da Justiça Federal, do Ministério Público e da Câmara Federal, calculadas em R\$ 747 milhões no próximo ano. “Não dá para construir prédios suntuosos de tribunais num momento em que a União não tem dinheiro suficiente para atender à área social”, afirmou Freire em entrevista à imprensa.

— Primeiro, suspendem-se radicalmente as verbas. Depois, os presidentes dos tribunais devem justificar a essencialidade e a urgência das obras. É claro que muitas são importantes e devem ser finalizadas. Mas será que é essencial prédio para guardar urnas eletrônicas? Por que não se podem guardar as urnas nos quartéis? — indagou o senador.

Dez emendas apresentadas por Roberto Freire ao projeto orçamentário de 2001 remanejam as verbas destinadas a obras da Justiça para projetos de interesse do Nordeste, como a ferrovia Transnordestina, a

duplicação da rodovia Recife-Natal, a hidrovía do rio São Francisco e o porto de Suape (PE).

Para ele, o presidente da Comissão de Orçamento, que “teve a coragem de romper o falso moralismo” embutido na idéia de que todas as obras com indícios de irregularidades não deveriam receber verbas, “deverá ter agora a mesma coragem quanto às obras da Justiça”. No caso das obras com irregularidades, o presidente da comissão, com apoio do Plenário, decidiu que só não deveria haver liberação de dinheiro quando a irregularidade comprometesse o projeto, e que, resolvido o problema, a obra voltaria a contar com verbas.

Roberto Freire anunciou ainda que apresentará projeto de lei para disponibilizar a todos os cidadãos os serviços de saúde exclusivos de funcionários dos ministérios, do Congresso e do Judiciário. Ele acha que o Estado não tem o direito de tratar de forma diferenciada seus empregados e a população que recorre aos hospitais públicos. De janeiro a junho deste ano, a União destinou R\$ 183 milhões a serviços de saúde dos funcionários públicos, informou



Roberto Freire: contrário a construir “prédios suntuosos de tribunais” se não há dinheiro para a área social

o senador. O projeto determina que todas as unidades de saúde desses órgãos sejam repassadas ao SUS e comecem a atender qualquer pessoa em um ano.

— Por que o Supremo Tribunal Federal deve ter um centro médico só para seus funcionários, como saiu nos jornais nesta semana? Por que uma repartição pública deve receber verbas para cuidar da saúde de seus funcionários quando os laboratórios das universidades federais estão caindo aos pedaços? — indagou.

CCJ discute reforma política na quarta-feira

Na pauta da comissão, projetos que tratam da fidelidade partidária, dos critérios para a divulgação de pesquisas de intenção de voto e do financiamento de campanhas eleitorais exclusivamente por meio de recursos públicos

A reforma política será o principal assunto em pauta na reunião desta quarta-feira da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os três projetos que serão apreciados pela comissão tratam de fidelidade partidária, financiamento público de campanhas eleitorais e restrições à divulgação de pesquisas de intenção de voto nos oito dias que antecedem as eleições.

De acordo com o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), os dois primeiros temas da reunião – financiamento público e fidelidade partidária – precisam ser apreciados em conjunto. “O financiamento público de campanha não tem sentido sem medidas correlatas destinadas a fortalecer os partidos que receberiam os recursos”, acredita Agripino. Ele espera ainda que a Câmara vote a proposta, já aprovada pelo Senado, de criação de listas parti-

dárias para as eleições proporcionais.

O projeto que pretende garantir a fidelidade partidária, apresentado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), amplia para quatro anos o prazo de filiação dos candidatos a cargos eletivos que já tenham pertencido a outros partidos. Com isso, na prática, proíbe-se nova candidatura, no pleito seguinte, de parlamentares ou titulares de cargos executivos que tenham mudado de partido após as eleições.

– A ampliação do prazo de filiação partidária tem o objetivo de forjar quadros partidários que não sejam tão voláteis como os que integram a maioria das siglas brasileiras – afirma Bornhausen na justificativa de sua proposta.

A comissão volta a examinar o projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que estabelece



Bornhausen quer ampliar para quatro anos o prazo de filiação partidária dos candidatos

o financiamento público das campanhas eleitorais. O relator da proposta, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), apresentou parecer favorável a sete emendas. Entre elas, a que proíbe o pagamento de multas eleitorais com recursos do fundo partidário, e a que considera válida para o cálculo das cotas do fundo a representação partidária dos candidatos

eleitos no pleito anterior.

Dessa forma, pretende-se evitar a troca de legendas que atualmente ocorre um ano antes das eleições. O relator rejeitou emenda do senador Edison Lobão (PFL-MA) que permitia aos candidatos de pequenos partidos financiar sua própria campanha, em valores proporcionais aos demais candidatos.

O projeto de Sérgio Machado

fixa em R\$ 7 por eleitor o valor a ser destinado ao fundo partidário nos anos em que se realizarem eleições. Prevê ainda que 1% dos recursos do fundo será distribuído igualmente entre todos os partidos e 99% serão repassados aos partidos com representação na Câmara dos Deputados, de forma proporcional às suas bancadas. Ou seja, os partidos maiores obterão maiores dotações.

Na mesma reunião da CCJ, será examinado projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que limita a publicação de pesquisas eleitorais. Segundo a proposta de Valadares, as pesquisas só poderão ser divulgadas até oito dias antes do primeiro turno das eleições e até três dias antes do segundo turno, sob pena de detenção de seis meses a um ano e multa no valor de 50 mil a 100 mil Ufirs.

Senadores sabatinam juíza indicada para o Supremo Tribunal Federal

Será realizada amanhã, a partir das 10h, a sabatina da primeira mulher indicada para assumir o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) na história do Brasil. A juíza Ellen Gracie Northfleet será argüida pelos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em reunião pública extraordinária destinada exclusivamente a esse fim. A mensagem da Presidência da República com a indicação do nome da juíza será relatada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

A votação do parecer de Fogaça será secreta, conforme determina o art. 52 da Constituição e o art. 383 do Regimento Interno do Senado. Caso o nome de Ellen seja aprovado pela CCJ, deverá ainda ser submetido ao Plenário, também em votação secreta e por maioria absoluta de votos (pelo menos 41 senadores).

A indicação da juíza foi feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e decorre da aposentadoria do ministro Luiz Octávio Gallotti. A juíza, se tiver o nome referendado, exercerá a função ao lado de dez ministros no STF,



O senador José Fogaça foi encarregado de relatar a indicação de Ellen Gracie

corte máxima da Justiça do país, que existe há 110 anos. Antes dela, apenas as juízas Eliana Calmon e Fátima Nancy Aldrighi haviam alcançado nomeação para tribunais superiores, ambas para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ellen tem 52 anos, nasceu no Rio de Janeiro e graduou-se no Rio Grande do Sul, onde exerceu a advocacia. Foi aprovada para o cargo de procuradora em 1973. Exerceu diversos cargos no Ministério Público Federal, no Tribunal Regional Federal e no Tribunal Regional Eleitoral e, em 1992, conseguiu aprovação em concurso para juiz. Em 1997, foi

eleita presidente do Tribunal Regional Federal.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou requerimento à CCJ solicitando um voto de louvor pela indicação da primeira mulher para o cargo de ministra do STF, acentuando que a escolha de Ellen será mais um passo do governo Fernando Henrique Cardoso no sentido de resgatar as injustiças que sofrem as mulheres brasileiras, principalmente no campo profissional. O relator do voto, senador José Fogaça, solicitou que a proposta de Simon seja apreciada somente depois de realizada a sabatina da juíza.

CE examina proposta que cria a TV comunitária

Em reunião extraordinária marcada para as 11h30 de amanhã, a Comissão de Educação (CE) examinará uma série de mudanças na lei que implantou o serviço de radiodifusão comunitária, de 1998, para ampliá-lo de forma que o serviço também possa operar televisão. A proposta, do senador Paulo Hartung (PSDB-ES), recebeu parecer favorável da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) e será apreciada pela CE em caráter terminativo.

O projeto também prevê que todos os serviços de radiodifusão em atividade no período entre 19 de fevereiro de 1998, quando foi sancionada a lei, e a data da sanção das mudanças sugeridas por Hartung tenham autorização precária de funcionamento por 24 meses. Com essa medida, o senador pretende dirimir os conflitos decorrentes de disputa entre entidades que vinham prestando o serviço, “como que estabelecendo uma regra de transição”.

Ele sugere, ainda, anistia para as entidades que prestavam serviços de radiodifusão comunitária de forma irregular e a devolução dos equipamentos apreendidos pelas autoridades com poder de polícia.



Emilia Fernandes apresentou parecer favorável ao projeto do senador Paulo Hartung

O projeto não lhes dá, porém, direito a indenização.

A comissão também apreciará projeto da Câmara, do deputado Jair Meneguelli (PT-SP), que equipara a atividade de peão-de-roudeio à de atleta profissional. Com parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), a proposta deverá ainda ser submetida à deliberação do Plenário do Senado.

Três projetos de decreto legislativo completam a pauta da comissão. Dois deles referem-se à outorga de permissão para funcionamento das rádios MR Radiodifusão, de Vitória do Mearim (MA), e Flash FM, de Cosmópolis (SP). O outro renova permissão já outorgada à Rádio Cidade de Campinas, de Itu (SP).